

RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Eliza Brito Santos[1]

Resumo
Este trabalho tem o objetivo de apresentar os principais restaurantes e cafés do Recife da segunda metade do século XIX e a relação que estes espaços de convivência possuíram com o processo de modernização da cidade. A capital pernambucana passava por um momento de crescimento, baseado nos moldes europeus de modernização como sinônimo de progresso, desde o primórdios do Oitocentos. Em meados do século XIX, os restaurantes e cafés começaram a surgir na cidade como espaços de sociabilidades "modernos", adequados aos novos tempos. Estudar estes espaços de gastronomia e sociabilidades nos ajuda a entender o Recife do período, além de resgatar a memória afetiva da cidade, partindo do princípio de que a gastronomia é um importante indício para o estudo sociocultural de um povo.

Palavras-chaves: História. Gastronomia. Recife. Sociabilidades. Memória.

O conceito de moderno, até a Idade Média, era relacionado ao que é novo, no sentido de recente. Mas, as revoluções burguesas (Revolução Industrial inglesa e Revolução Francesa) e a lógica capitalista vão trazer a concepção de moderno como sinônimo de civilidade e de progresso, conceito que vai ser utilizado pelas elites mundiais para justificar as reestruturações urbanas de cidades da Europa e das Américas.

> A ideia do progresso, construída no século das luzes, modificava a própria concepção de tempo. A história parecia avançar, linearmente, decifrando enigmas, tendo o destino nas suas mãos, esquecendo-se de Édipo. Estamos aqui navegando por entre as fantasias e as afirmações daqueles inventores do discurso vitorioso e suas interpretações, às vezes, alucinadamente otimistas com relação às metamorfoses presentes e futuras (REZENDE, 2016, p.146).

A Revolução Industrial e o sistema capitalista iriam determinar novas formas de produção econômica, consumo, e divisão social do trabalho, gerando também

[1] Mestra em História pela Universidade Católica e Pernambuco. E-mail: elizabritosantos@gmail.com



novas necessidades econômicas e um novo modelo de sociedade. Os avanços técnicos e científicos do final do século XVIII e início do século XIX, com as revoluções burguesas e a filosofia do iluminismo, passam a ser norteadores de um pensamento que pregava a progressão contínua da humanidade, na qual não haveria retrocessos. Os avanços tecnológicos, símbolos do progresso, eram um termômetro do grau de civilidade de uma sociedade.

O sociólogo alemão Nobert Elias, em seu livro *O Processo Civilizador*, traz a concepção de que o conceito de civilização está vinculado a uma vasta gama de aspectos sociais, como nível de tecnologia, maneiras, conhecimentos científicos, religiosidade, costumes. Para ele, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. O Ocidente sendo entendido como a Europa. Elias (2011) defende que o conceito de civilização resume tudo em que a sociedade ocidental moderna, dos últimos dois ou três séculos, se julga superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas que ele batizou de “mais primitivas”. “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” (ELIAS, 2011, p.23). Essa concepção civilizadora seria justificativa para a dominação de outros povos “menos civilizados” por parte do “mundo civilizado”, ou seja, europeu. Para Elias, o processo civilizatório estaria em constante evolução.

> Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivilizado” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que, além do mais, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais (ELIAS, 2011, p.70).

Essa busca do novo, da ruptura com o passado, será mais forte nas cidades, local onde o sistema capitalista consegue imprimir sua lógica modernizadora com mais veemência. A ascensão da burguesia na Europa, no final do Setecentos, com o desenvolvimento do capitalismo e o domínio da razão - a partir do momento que o conhecimento se desprende do campo religioso - vai constituir o que chamamos de modernidade. Para o filósofo estadunidense Marshall Berman, o mundo moderno é representado pelo modernismo, no âmbito cultural, e pela modernização, no plano



econômico e político. O pesquisador defende que um dos fatos mais marcantes da vida moderna é exatamente a fusão das forças materiais e espirituais "a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno" (BERMAN, 1992, p.129). Para Berman, a ideia de Baudelaire de que os grupos mais dinâmicos e inovadores na vida econômica e política serão os mais abertos à criatividade intelectual e artística, é uma visão que "encara as mudanças econômicas e culturais como progresso humano sem obstáculos" (BERMAN, 1992, p.133). Mas a necessidade de mudança constante, trazida com a noção de modernização revestida de conceitos glamorosos como progresso, civilização, e cientificidade, veio acompanhada de perigos e atrocidades. Culturas foram massacradas com a justificativa de que eram anacrônicas e, por isso, representavam um empecilho à modernização. Equívocos como a negação do passado e a destruição da tradição foram benéficos para os povos imperialistas, "os vencedores que inventavam e consagravam o novo, mas não se desfizeram das suas próprias tradições" (REZENDE, 2016, p.146). Mesmo assim, no século XIX, será esta visão eurocêntrica de progresso e civilidade, como quase sinônimos do moderno, benéfica para os povos "civilizados", europeus, que precisavam desse conceito para garantir seu domínio sobre tantos outros povos "incivilizados", que irá garantir as transformações urbanas modernizadoras na Europa e nas Américas.

As mudanças no espaço urbano do Recife, na segunda metade do século XIX, vão ser realizadas por meio desta lógica higienista, cientificista e de progresso, e estão relacionadas a questões políticas, sociais e culturais. Em meados dos Oitocentos, as transformações estruturais pelas quais o Recife passava estavam relacionadas a questões de higiene e de saúde pública, na busca por uma cidade limpa e ausente de epidemias. "Esgotamento e drenagem sanitária, transporte coletivo e redesenho da cidade à luz de tais melhoramentos eram ideias que chegavam com os formandos em medicina e engenharia na Europa" (MENEZES, 2015, p.109). A paisagem urbana se modificava, com obras modernizantes que, na prática, tinham o objetivo de higienizar e branquear a urbe, afastando os pobres e os negros dos centros urbanos, colocando-os cada vez mais nas áreas periféricas, como explica o historiador Frederico Toscano:



> O novo arranjo político e social clamava por intervenções na paisagem urbana, com os engenheiros como símbolos desse avanço pragmático, pondo em prática teorias higienistas que visavam a livrar as grandes cidades de uma insalubridade tanto física quanto moral. Buscava-se não apenas drenar, aterrar, derrubar e construir, mas também "branquear" a urbe, movendo os pobres, os desvalidos, os loucos, os boêmios, os bêbados, os pretos e outros personagens "perigosos" para uma crescente periferia, abrindo espaço para uma cidade verdadeiramente moderna (TOSCANO, 2014, p.83).

O processo de modernização do Recife, dessa forma, caminhava junto com a ampliação da área urbana. A capital crescia para o subúrbio e as distâncias entre o centro e as áreas periféricas aumentavam. Na primeira metade do Oitocentos, o Recife era formado pelos bairros: do Recife, região do porto; de Santo Antônio, também conhecido como Ilha de Antônio Vaz; e da Boa Vista. “Esse três bairros são três ilhas, ou quase isso. O Recife propriamente dito (onde fica o porto) estava unido a Olinda por um istmo de areia de praia, que nos anos de ressaca braba era atravessado pelo mar” (CARVALHO, 2010, p.22). A cidade era formada por estes três bairros e todo o resto eram povoações, os arredores do Recife. Como é possível perceber, a própria configuração geográfica da capital pernambucana transformou os rios, principalmente o Capibaribe - que unia a cidade aos seus subúrbios -, em um caminho importante, por onde eram transportadas pessoas e mercadorias, como o açúcar produzido nos engenhos, materiais para aterros e edificações, e até água potável, que vinha do rio Beberibe. Dessa forma, os transportes fluviais, como a canoa, eram de suma importância para o cotidiano da cidade. Mas, o crescimento da capital e sua expansão territorial foram exigindo o uso de novas formas de circular na urbe, com a abertura de estradas e o melhoramento dos transportes. Quanto à expansão física do Recife, o historiador Raimundo Arrais explica:

> Foi seguindo aquele mesmo eixo delineado no momento do nascimento da cidade, descrevendo um desenho radical, articulando o porto à região próxima e ao interior. Formando-se ao longo das margens do Rio Capibaribe e Beberibe, sobretudo, mas também de outros menores, como Afogados e Jordão, os povoados iam-se ligando mais firmemente à capital para constituir-se no que se chamaria arrabalde, originando-se do dilaceramento das áreas dos primitivos engenhos que cobriam toda a região que circundava o Recife, a partir da área da Boa Vista (ARRAIS, 2004, p.118).



Mensurar com exatidão o crescimento da capital pernambucana, da primeira para a segunda metade do Oitocentos, é tarefa difícil. Os censos do período eram imprecisos. As contagens eram realizadas por padres, juízes de paz, subdelegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos e seus prepostos. Não faltaram reconfigurações das unidades políticas e judiciais, no período do Império, o que modificava, constantemente, o tamanho das freguesias e atrapalhava as estatísticas. As declarações para os censos também não eram precisas, já que muitas famílias não declaravam com exatidão o número de escravos que possuíam, com medo de pagar muitos impostos, nem o número de filhos homens, receando o recrutamento pelo serviço militar, como explica o historiador Marcus Carvalho:

> Nenhum lugar, todavia, escapa dos erros mais frequentes nos censos do século dezenove. O primeiro deles era subestimar a população escrava – fato óbvio, ninguém queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto. Isso se agravaria depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal. O segundo é subestimar a população masculina livre, pois as famílias evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento para o serviço militar – o imposto de sangue, como se dizia na época (CARVALHO, 2010, p. 46).

Em decorrência das fragilidades dos censos do Oitocentos, é impossível medir o tamanho do crescimento da capital pernambucana, mas é possível analisar essa realidade, confrontando dados de censos publicados nos anos de 1828 e 1856. A população do Recife (bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista), em 1856, cresceu quase 60% em relação ao ano de 1828. O número de escravizados permaneceu estável, mas a população livre teve um crescimento de mais de 80%, segundo Carvalho:

> De acordo com aqueles dados de 1856, a população dos três bairros somados subira para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1828. Isso significa um aumento populacional de 59,5 por cento em menos de trinta anos. Desse total de 1856, 33.270 habitantes eram “livres”, e 7.707, escravos, enquanto que, em 1828, havia 17.743 “livres”, e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros (CARVALHO, 2010, p.73).

O aumento expressivo da população do Recife é decorrente do fluxo de imigrantes do interior em busca de oportunidades econômicas na cidade, trajeto



comum ao longo da história, mas que teve fatores que influenciaram seu aumento no século XIX. Após a abertura dos portos, em 1808, as cidades portuárias, como o Recife, ganharam mais dinamismo. O comércio varejista da capital pernambucana cresceu, além do fato de que, após a Independência, mais empregos surgiram nas cidades, em consequência da nova configuração política, jurídica e administrativa. Estes fatores, além do magnetismo natural da urbe, ajudaram a intensificar a migração de pessoas da zona rural para a urbana (CARVALHO, 2010, p. 76).

O crescimento do Recife, como dito, começa a exigir a utilização de novos meios de locomoção. Antes mesmo do século XIX, a cadeirinha de arruar - cadeira coberta, conduzida por negros escravizados - era uma forma comum de transporte individual na cidade, que se mantém no Oitocentos. Meio de transporte exclusivo dos mais ricos, assim como as carruagens, a cadeirinha de arruar era a escolha preferida das damas recifenses da alta sociedade da época, que podiam circular pela cidade sem terem sua privacidade invadida. Mas, além dos transportes individuais da elite, o transporte coletivo começa a ganhar reforços no período, com as já citadas aberturas de vias terrestres.

Assim, as canoas deixam de ser a única forma de deslocamento possível para a maior parte da população da cidade, que não podia arcar com os custos das cadeirinhas de arruar nem das carruagens. “No Recife do século 19 assistimos o aparecimento daquele ônibus puxado por animais, com rodas de madeira, e paralelamente o bonde de burros, correndo sobre trilhos. Eram transportes coletivos” (MENEZES, 2015, p.111). Os bondes puxados pela força animal circulavam dentro dos limites da cidade, mas as distâncias maiores eram realizadas pelo trem urbano.

> A máquina a vapor nos levou ao trem urbano, usado para vencer distâncias entre as cidades e do centro da cidade do Recife para os seus subúrbios mais distantes. Era responsável por tal tipo de transporte a Companhia de Trilhos Urbanos. A concessão para instalar trilhos urbanos nesse gênero de transporte foi concedida inicialmente ao referido Cláudio Dubeux e a Manuel Buarque de Macedo. Não conseguiram cumprir a concessão. O barão do Livramento, Antônio Luís dos Santos, e José Bernardino Guedes Alcoforado obtiveram tal privilégio em 1863. A linha inicial foi do Recife até a povoação dos Apipucos (MENEZES, 2015, p.114).

Conhecidos como “maxambombas”, os trens foram modificando o traçado da capital pernambucana. Os terrenos por onde passavam iam sendo valorizados e o



que era o distante “mato” começava a se transformar em acessível arrabalde. As pessoas queriam morar nestes lugares, antes negligenciados pela população. E os sítios deixavam de ser locais de veraneio e de festas para se transformarem em bairros residenciais. O centro da cidade também ganhava mais dinamicidade, já que a facilidade de transporte permitia o aumento na freguesia, no caso do comércio. E os teatros e as festas ganhavam maior número de frequentadores. As ruas, que eram locais de encontro e de atividades diversas dos moradores da cidade, passavam a ser dominadas pelos transportes. As novidades nos meios de locomoção pela cidade eram encaradas como sinônimo de progresso e ajudavam na mudança de hábitos antigos, não só no que diz respeito à circulação dos transeuntes, mas também no tocante a questões morais, como o confinamento das mulheres dentro de casa. Sobre o assunto, o cronista Mário Sette comenta:

> O hábito de sair de casa para compras, para consultas ao médico, para tratamento dos dentes, mesmo a passeio, seria restrito depois de haver sido por longos séculos proibido e pecaminoso. Mas o século XIX, já de início, se prometia revolucionário pelas terras do Brasil, mormente pelas de Pernambuco, até nas usanças e na guerra aos preconceitos (SETTE, 1978, p.16).

As mudanças de hábitos não se restringiam à maior liberdade para as mulheres. Os sepultamentos em igrejas começavam a ser condenados pelos médicos do Recife, já que eram creditados pelos profissionais de saúde, na época, como um dos hábitos responsáveis por diversas epidemias que acometiam os recifenses, em especial o cólera. O ano de 1856, quando a maioria dos pesquisadores afirma ter sido o da chegada da epidemia na cidade, foi marcado pela morte de 3.336 pessoas pela cólera asiática. A epidemia teria irrompido em Garanhuns, em dezembro de 1855, por intermédio de dois homens vindos da vila de Pão de Açúcar, em Alagoas. A propagação foi se dando pela migração terrestre de indivíduos acometidos pelo cólera, pelo interior de Pernambuco, e, em janeiro de 1856, chegou à cidade de Jaboatão para, logo depois, explodir no Recife. Segundo o historiador Orlando Parahym, o Recife do século XIX foi a capital brasileira que reuniu os maiores índices de mortandade do país. “Chegou-se, em 1856, no tempo em que grassou a terrível epidemia de cólera, a proibir o dobre de finados nos sinos



das igrejas a fim de não espavorir mais ainda a população acometida pelo terror pânico despertado pela pavorosa mortandade" (PARAHYM, 1978, p.189).

Dentro das novas perspectivas sanitárias, mesmo com a rejeição de grande parte da população devido à força da tradição religiosa, o cemitério público de Santo Amaro começou a ser construído em 1850, sendo aberto em março de 1851. Além do fim dos sepultamentos em igrejas, outras regras de convivência passavam a ser impostas, com a justificativa de fazer a urbe progredir. Foram determinados pontos específicos para os despejos, as casas passaram a ser numeradas, os divertimentos tornaram-se mais diversos. As novas edificações e as transformações que vão sendo vividas pelos recifenses vão fazendo com que a cidade vá ganhando novas formas. Medidas de estética exigiam largura nas ruas e travessas novas: 40 palmos para as ruas e 60 palmos para as travessas. Começaram a serem abertas novas comunicações, como a da Esperança, na Boa Vista, que hoje é a Conde da Boa Vista.

As mudanças estruturais pelas quais passavam o Recife foram apenas um dos fenômenos do processo de modernização da cidade. O "progresso" podia ser observado pelo uso de água encanada, com a instalação de chafarizes pela cidade; pela iluminação mais eficiente, com o uso de gás carbônico, ao invés do azeite de peixe; e pela utilização do ferro e do vidro nas construções, como no caso das pontes e de prédios hoje históricos da capital. O ferro era um material novo, ligado à revolução industrial, que representava o progresso buscado pelas elites recifenses, por isso, o uso do ferro nas edificações da cidade oitocentista ajudava a construir a fisionomia de urbe do progresso.

No ano de 1859, o velho sistema de iluminação pública por meio de lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira vai sendo substituído pelas lâmpadas a gás carbônico. De acordo com Parahym, a primeira rua recifense iluminada a gás carbônico foi a rua Nova, no bairro de Santo Antônio, que foi seguida das ruas do bairro do Recife e das primeiras ruas da Boa Vista, em agosto do mesmo ano. "Os subúrbios continuavam com os lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira (mamona)" (PARAHYM, 1978, p.83). Em novembro do mesmo ano, a então província de Pernambuco recebeu a visita do imperador Dom Pedro II, que veio com a imperatriz Teresa Cristina e uma comitiva imperial. O monarca ficou sediado no Recife, por 32 dias, e passou por várias cidades da região. A viagem para as



províncias do Norte do país (nesse período o Brasil era divido apenas em Norte e Sul) tinha o intuito de conhecer a região e evitar o enfraquecimento político da monarquia e trouxe conseqüências positivas, principalmente, para o Recife, como a melhoria da iluminação pública e a aceleração de obras na cidade. O imperador tinha interesse em conhecer mais sobre o nosso passado holandês e inspirou, pela sua curiosidade, a criação do atual Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

> A fundação do Instituto Arqueológico resultou, pode-se dizer sem falsear a história, do interesse demonstrado pelo Imperador Pedro II, quando visitou Pernambuco no ano de 1859, em conhecer alguns fatos ligados ao passado glorioso desta terra. Assim foi que, em 1862, criou-se a Sociedade Arqueológica que logo passou a denominar-se Instituto Arqueológico e Geográfico, tendo sido escolhido presidente o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, um dos bravos revolucionários de 1817 (PARAHYM, 1978, p.87-88).

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no entanto, não é a única obra relacionada à área da educação que foi realizada no período da segunda metade do Oitocentos. No ano de 1852, criou-se a Biblioteca Pública, cuja primeira localização foi no Liceu Provincial, que deu origem ao Ginásio Pernambucano, onde funcionava o Hospital Paraíso, situado na atual Avenida Dantas Barreto. A construção foi de suma importância para o desenvolvimento da tradição literária em Pernambuco, já que com a criação da Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 293 de 1852, as tipografias eram obrigadas a lhe remeterem um exemplar de todas as publicações editadas na província.

O Curso Jurídico, que funcionava em Olinda, instalado inicialmente no Mosteiro de São Bento, no ano de 1828, foi transferido, em 1854, para o Recife. Os Cursos Jurídicos, que surgiram concomitantemente em Olinda e na cidade de São Paulo, representaram as primeiras instâncias de Ensino Superior no país. O Brasil já era independente, mas culturalmente ainda não tinha se desvencilhado de Portugal, a partir do momento em que os filhos da terra ainda precisavam estudar em Coimbra. A vinda da Academia para o Recife é, portanto, de grande valor para o fortalecimento da cidade como a mais importante da província. “Em 30 de maio de 1854, traslada-se a Academia para um velho casarão (o ‘pardieiro’, como diziam na



época) na rua do Hospício, no Recife. Passou a chamar-se, desde então, Faculdade de Direito" (PARAHYM, 1978. p.74).

As mudanças intelectuais, culturais e estruturais da cidade irão influenciar no desenvolvimento de novas formas de diversão e de interação social, e novos espaços de sociabilidades e gastronomia farão parte desse Recife em formação. Utilizado genericamente como a capacidade humana de viver em sociedade, de interagir, o termo sociabilidades ganha caráter histórico e sociológico com o historiador francês Maurice Agulhon, no seu estudo sobre a burguesia francesa do século XIX. Agulhon analisa a reunião de homens da burguesia ascendente, pós Revolução Francesa, em cafés, ainda no século XVIII, e no que ele chama de círculos burgueses, que são as associações de funcionários, profissionais liberais e políticos, no século XIX. Estes espaços seriam os "substitutos" dos salões aristocráticos, em que as famílias nobres desfrutavam de momentos de ócio, cultura e discussões literárias e políticas antes do período revolucionário, quando o país era governado por uma monarquia poderosa.

Nos salões franceses, os aristocratas ricos recebiam familiares e amigos próximos, da mesma situação social, com regularidade, assumindo todos os gastos desses encontros. A burguesia não podia prover esse tipo de reunião e os cafés e as livrarias eram os locais para a discussão literária e política dos homens burgueses do século XIX. A partir de 1830, os círculos burgueses começam a florescer, com a formalização desses debates e encontros, informais, realizados nos cafés. Esses círculos darão origem às associações profissionais, tão comuns nos dias atuais. "La diferencia – como ya hemos dicho e incluso repetido - entre el grupo de habitués de um café y el grupo de abonados de un círculo no es más que la que hay entre lo 'informal' y lo 'formal'" (AGULHON, 2009, p.106). Assim, enquanto nos cafés os encontros eram informais, mesmo que os clientes fossem habituais, nos círculos havia uma formalização dos participantes, que não eram apenas frequentadores, mas também sócios das associações.

As diferenças entre os cafés e os círculos, como espaços de socialização, era apenas estrutural, de informalidade e formalidade, respectivamente, contando com as mesmas características sociológicas de representarem locais de encontro para discussões literárias, culturais, políticas, ou ainda, espaços de ócio da burguesia contemporânea. Mesmo mais democráticas do que as dos salões aristocráticos,



onde o anfitrião era rico o suficiente para receber os convivas e arcar com todos os gastos, as sociabilidades dos cafés e círculos burgueses eram reservadas aos homens, excluindo as mulheres e as crianças, que tinham lugar nos salões da nobreza europeia. Segundo Agulhon, essa realidade também pode ser explicada pela nova formação burguesa da sociedade, que aposta na educação masculina como forma de garantir o progresso rápido da sua situação econômica. Segundo ele:

> El auge de los burgueses, em cambio, en esa época suele implicar el auge de las familias que construyen su fortuna y que, para construirla lo más rápido posible, educan primero a los hijos. Esa desigualdad intelectual entre hermano y hermana se reproducirá entre los cónyuges (AGULHON, 2009, p.103).

Dessa forma, Agulhon defende que as famílias burguesas apostavam na educação dos filhos, para construir mais rapidamente suas fortunas, gerando uma desigualdade intelectual entre irmãos e irmãs, que será reproduzida entre os cônjuges. Mesmo com a separação entre os sexos, as sociabilidades burguesas em públicos como os cafés, permitiam um avanço no acesso mais democrático dos convivas.

No Brasil, apenas o Rio de Janeiro contou com uma vida palaciana sólida, com a instalação da família real, no ano de 1808. As festas, os bailes e as reuniões da corte tiveram lugar nesse Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Em Pernambuco, a elite rural, da monocultura da cana de açúcar, é o que temos de mais aproximado a essa lógica aristocrática, onde os senhores de engenho recebiam os convidados, em suas casas, e arcavam com todos os gastos dessas sociabilidades. Mas, diferentemente dos salões europeus, as mulheres ficavam excluídas desses momentos de convivialidade, como afirma o sociólogo Gilberto Freyre:

> A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruge-ruge de saias de mulher fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. O que se dava tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos (FREYRE, 2004, p.144).



No século XIX, com a valorização do espaço urbano e a crise açucareira, algumas áreas onde se plantava cana vão sendo incorporadas à cidade, já que a terra valia mais para a moradia do que para o plantio (CARVALHO, 2010, p.48). Alguns dos antigos engenhos vão se transformando em bairros, em meados do Oitocentos, e muitas famílias abastadas possuíam seus sítios nestas localidades, onde reuniões luxuosas como as dos antigos engenhos eram realizadas. Mas, nos bairros centrais da capital pernambucana (bairros do Recife e de Santo Antônio), os sobrados estreitos exigiam outros espaços para a convivência social. Neste contexto de modernização, de ampliação de área urbana do Recife, e de mudanças de hábitos pelos quais passavam os moradores da cidade, novos locais de sociabilidades, mais “modernos” e "adequados" ao novo tempo, passavam a ocupar as ruas da cidade. Entre eles, o restaurante. O historiador Frederico Toscano lembra que este tipo de espaço de sociabilidade já podia ser encontrado no Recife de meados do século XIX:

> Essa invenção parisiense já podia ser encontrada no Recife mesmo em meados do século 19, mais precisamente em 1858, trazida pelo cozinheiro francês conhecido como Auguste, que abriu, na capital pernambucana, o seu Restaurant Français, no Cais da Lingueta, área da cidade onde se concentravam hotéis e casas de pasto francesas e inglesas (TOSCANO, 2014, p.68).

A invenção parisiense do restaurante surgiu das ideias iluministas e cientificistas que faziam com que a sociedade se preocupasse cada vez mais com a saúde. Os caldos restauradores, os *restaurants*, que poderíamos classificar como consomês, são os responsáveis pelo surgimento de estabelecimentos que hoje conhecemos como restaurantes. O historiador Frederico Toscano explica que, na França do século XV, uma das formas mais indicadas para se tratar doenças como indisposição, fraqueza, apatia, e também para nutrir estômagos sensíveis, era o consumo de caldos restauradores. As receitas incluíam carnes diversas, tais como presunto e vitela, além de alguma ave como capão, galinha, perdiz ou faisão, cozidos lentamente junto com improváveis pedras preciosas que o médico responsável pudesse, porventura, requerer no preparo do caldo. Os séculos XVII e XVIII baratearam as receitas, dispensando o uso de joias em sua cocção, mas mantendo o caráter medicinal da preparação. Explica Toscano:



> Criava-se assim um serviço altamente específico, que visava a restaurar, através da alimentação, as forças dos combalidos comensais. Essa nova modalidade de estabelecimento, que prezava pela manutenção física dos seus clientes, exigia ambiente e serviço diferenciados daqueles das ruidosas tavernas, coloridas sobreviventes dos tempos medievais, com mesas longas, bancos coletivos, conversas ao pé da lareira e escassas opções de alimentação. Ao redor de uma pequena xícara de concentrado semilíquido de carne, mudanças profundas se faziam sentir, inaugurando uma nova faceta da urbanidade parisiense (TOSCANO, 2014, p.71).

O surgimento do estabelecimento restaurante foi vinculado a questões de saúde, mas, com o tempo, as casas foram se especializando de acordo com o alimento que serviam para atrair e garantir a fidelidade do seu público. O espaço passou a garantir sociabilidades distintas e o público feminino, antes aprisionado nas casas, começou a ter, nos restaurantes, um local de socialização. As mesas menores, com a individualização do serviço e a valorização da privacidade dos frequentadores, foram importantes atrativos para as mulheres e, também, para as famílias. O público que, inicialmente, procurava os estabelecimentos pelos caldos, começou a buscar experiências gastronômicas e um privilegiado espaço de sociabilidades. As bodegas, as tabernas e os cafés, com seus espaços abarrotados, onde políticos e intelectuais discutiam política, notícias e fofocas, e bebiam, eram espaços de sociabilidades não apropriados para uma verdadeira dama francesa. Dessa forma, os restaurantes, com suas mesas menores, seus serviços individualizados, onde se comia em público, mas com a garantia de ter a privacidade preservada, passam a ser o recinto “adequado” para as damas e as famílias européias.

No Recife da segunda metade do Oitocentos, os restaurantes passavam a ser uma realidade cada vez mais comum, já que a cidade crescia e a praticidade de fazer refeições sem precisar voltar para casa, nem cumprir horários tão rígidos, começou a ser uma necessidade cada vez mais frequente. O espaço também permitia sociabilidades diversas e muitos estabelecimentos prezavam pela preocupação em manter um ambiente apropriado para as famílias da elite local. Este tipo negócio, que é também um espaço de gastronomia e de sociabilidades que passou a ganhar um público crescente na segunda metade do século XIX, dividia



lugar com os estabelecimentos dedicados ao café, não só no Recife, mas no mundo inteiro.

A descoberta do café é rodeada de lendas, mas a versão mais difundida é a de que Kaldi, um pastor de cabras da Etiópia, no Nordeste da África, teria observado o efeito estimulante que as folhas e frutos de um determinado arbusto produzia em suas cabras. O pastor teria provado o fruto e descoberto o café. A lenda está registrada em manuscritos do Iêmen, datados de 575 (MARTINS, 2008, p.18). O descobrimento foi na África, mas o domínio da técnica de plantio e de preparação do café é mérito dos asiáticos. A infusão da bebida só seria realizada no ano 1000, já na Península Arábica, e o processo de torrefação, essencial para a bebida que conhecemos hoje, só foi desenvolvido no século XIV. Já o hábito de tomar a bebida como forma de bem-estar ganha vez apenas no século seguinte, como explica a historiadora Ana Luiza Martins:

> O hábito de tomar café como bebida prazerosa, em caráter doméstico ou em recintos coletivos, deslancharia a partir de 1450. O produto era apropriado para a cultura árabe-islâmica, pois vinha ao encontro dos preceitos religiosos do islamismo ditados pelo Alcorão, que condenava bebidas alcoólicas (MARTINS, 2008, p.21).

O surgimento do café como estabelecimento acontece apenas no final do século XV, com a abertura do Kiva Han, considerado a primeira cafeteria do mundo. O local teria sido aberto em 1475, na Turquia, país responsável pela popularização da bebida como um “ritual de sociabilidade”. O século XVII será responsável pela chegada do café na Europa, cuja porta de entrada foi a cidade de Veneza, no ano de 1615, já que a cidade era o grande mercado de especiarias e artigos de luxo, centro difusor de produtos finos distribuídos para as cortes europeias da época. “Já se conhecia então a prática da torrefação e da moagem, e, dessa forma, o café passou a ser consumido.” (MARTINS, 2008, p.25). A Inglaterra será a pioneira no hábito dos cafés públicos. Na Londres da segunda metade do século XVII, as coffeehouses já eram locais de reunião de homens de negócios e intelectuais. Mas, com o desenvolvimento da cultura do chá na Inglaterra, o protagonismo dos cafés como importantes espaços de sociabilidades passará a ser realizado pela França. “Sabe-se que, em 1720, só Paris possuía 380 estabelecimentos, que chegariam a 900 no



final daquele século, ocasião em que a França concentrava 27 milhões dos 175 milhões de habitantes europeus" (MARTINS, 2008, p.30).

No Brasil, um dos maiores exportadores atuais de café do mundo, a chegada do grão deve-se à Francisco de Melo Palheta, funcionário do império português, que teria trazido as primeira sementes de café, no ano de 1727, para o Pará. Durante boa parte do século XVIII, a propagação do cultivo de café limitou-se às regiões Norte e Nordeste do país, onde os solos e as altitudes não eram os mais adequados. Mas o incentivo à produção viria mais tarde, com a crise da mineração e da indústria açucareira, que vinha sofrendo forte concorrência externa. No ano de 1760, o desembargador do Maranhão, João Alberto de Castelo Branco, teria distribuído mudas do grão, no Rio de Janeiro, quando foi iniciado o cultivo do café nessa região. (MARTINS, 2008, p.35-47). A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, foi essencial para a propagação da cultura do café no país. Com o evento histórico, o Brasil deixou de ser uma colônia e passou a integrar o Reino Unido de Portugal e Algarves e os portos do país foram abertos para o comércio exterior. "E foi através do café que o Brasil se apresentou ao mundo" (MARTINS, 2008, p.52).

Os primeiros estabelecimentos voltados para a venda do café, no país, surgiram ainda no período da colônia, em meados do século XVIII, no Rio de Janeiro. Eram locais com má fama, vistos como primos dos botequins, onde imperavam bebidas alcoólicas e frequência duvidosa. Foram se difundindo e diversificando com o crescimento da vida urbana. São Paulo, a atual capital brasileira do café, demorou mais a conhecer o estabelecimento, que foi sendo introduzido pelos quiosques, cópia dos modelos cariocas, portáteis, armações de madeira que, por vezes, se moviam sobre rodas. "Desde 1872, requeria-se da Câmara licença para esses pontos-de-venda, que se estabeleceram nos largos da Memória, da Misericórdia, da Cadeia, na Estação da Luz, áreas de maior movimento" (MARTINS, 2008, p.181).

Mais comuns no século XX, os cafés começam a fazer parte da cena social recifense ainda no século anterior. Estes estabelecimentos eram espaços eminentemente masculinos, nos quais eram discutidos os assuntos da ordem do dia, as notícias, as fofocas. Políticos, homens de negócios e profissionais liberais, como médicos, advogados, jornalistas e comerciantes tinham nos cafés um local de



encontro, divertimento e de bebedeira. Os espaços integravam, juntos aos restaurantes, importantes locais de sociabilidades e de gastronomia da cidade. Esses espaços fizeram parte do processo de modernização do Recife e fazem parte da memória da cidade.

Referências

AGULHON, M. *El Círculo burguês*: La sociabilidad em Francia, 1810-1848. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores Argentina, 2009.

ARRAIS, R. *O pântano e o riacho*: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, M J M. *Liberdade:* Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850). Recife: Editora UFPE, 2010.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*, Volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*: decadência e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003

MARTINS, A. L. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008

MENEZES, J. L. M. *Mobilidade urbana no Recife e seus arredores*. Recife: Cepe Editora, 2015

PARAHYM, O. *Traços do Recife* – ontem e hoje. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

REZENDE, A. P. *(Des)encantos Modernos* -Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Ed. UFPE, 2016.

SETTE, M. *Arruar* – História pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro: Livraria-Editôra da Casa do Estudante do Brasil, 1978.

TOSCANO, F.O. *À Francesa* - A Belle Époque do comer e do beber no Recife. Recife: Cepe Editora, 2014.